

## A DEMOGRAFIA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: O CASO DO ESTADO DO ACRE

*THE DEMOGRAPHY IN THE SOUTH-WEST AMAZON: THE CASE OF THE STATE OF ACRE*

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as características demográficas do Estado do Acre. Em termos metodológicos, este trabalho se caracterizou por ser exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. Os principais resultados apontam para um crescimento da população acreana entre 2000 e 2010, mas a maioria de seus municípios ainda possui menos do que 50.000 habitantes. Em relação à comparação entre a população urbana e rural, percebeu-se que o maior percentual reside no meio urbano, mas concentrando-se na capital Rio Branco, uma vez que muitos municípios ainda possuem seu maior contingente populacional no meio rural. Comparando-se os sexos masculino e feminino, observou-se que a presença feminina é maior no meio urbano e os homens estão mais presentes no meio rural. Criando-se a pirâmide etária do Estado do Acre, foi possível visualizar uma tendência de encurtamento de sua base e alongamento do seu meio, emergindo uma janela de oportunidades. Todavia, essa característica da pirâmide etária do Acre é tardia se comparada ao Brasil como um todo.

**Palavras-chave:** Demografia; Transição demográfica; Janela de oportunidades; Amazônia; Acre.

### ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the demographic characteristics of the State of Acre. In methodological terms, this work is characterized by being exploratory and descriptive, with a qualitative approach. The main results point to a growth of the Acre population between 2000 and 2010, but that most of its municipalities still have less than 50,000 inhabitants. In relation to the comparison between the urban and rural population, it was noticed that the largest percentage resides in the urban area, but concentrating on the capital Rio Branco, since many municipalities still have their largest population contingent in rural areas. Comparing the male and female sexes, it was observed that the female presence is greater in the urban environment and men are more present in the rural environment. By creating the age pyramid of the State of Acre, it was possible to visualize a tendency of shortening of its base and elongation of its surroundings, emerging a window of opportunities. However, this characteristic of the Acre age pyramid is late compared to Brazil as a whole.

**Keywords:** Demography; Demographic transition; Opportunity window; Amazon; Acre.

 Mário Sérgio Pedroza Lobão <sup>a</sup>  
 Keila Raquel Wenningkamp <sup>b</sup>  
 Ricardo Rippel <sup>a</sup>

<sup>a</sup> Instituto Federal do Acre (IFAC), Rio Branco, AC, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, PR, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2020.36718

Correspondência: mario.lobao@ifac.edu.br

Recebido em: 14 ago. 2018

Aceito em: 8 fev.2020



## INTRODUÇÃO

A sociedade como um todo vem passando por diversas transformações demográficas, especialmente no que concerne às baixas taxas de fecundidade/natalidade e também de mortalidade, características essas inerentes ao processo denominado de transição demográfica, conforme citado por autores como Cerqueira e Givisiez (2004), Rigotti (2012), Borges, Campos e Castro e Silva (2015) e Cepal (2015).

Essas mudanças na composição etária da população de um local específico, sendo país, região ou outro, revela um determinado período em que a parcela da população de crianças e adolescentes, bem como a de idosos será menor do que a proporção de adultos. Ou seja, as pessoas em idade de trabalho e que formam a População em Idade Ativa (PIA) estarão presentes em maior quantidade do que a população que forma a Razão de Dependência (RD)<sup>1</sup>, isto é, principalmente os jovens e idosos. Esse cenário possibilita o crescimento e o desenvolvimento de um local e por isso é um período chamado de janela de oportunidades, bônus demográfico ou dividendo demográfico (ÁVILA; MACHADO, 2015; BORGES; CAMPOS; CASTRO E SILVA, 2015).

Nesse sentido, o período de tempo em que se vive a janela de oportunidades é frequentemente associado a efeitos positivos, conforme Rigotti (2012) e Cepal (2015), sobre um determinado local, uma vez que é possível criar condições para cobertura e melhoria na qualidade da educação, formular e implantar políticas de emprego, gerar excedentes econômicos, entre outros benefícios citados por Borges, Campos e Castro e Silva (2015).

Contudo, por mais que o bônus demográfico propicie vantagens, isso não é garantido automaticamente, ou seja, é um período passageiro em que são necessárias ações diversas se o objetivo é prolongar os efeitos positivos desse processo. Tais ações envolvem, segundo Mason (2005) e Cepal (2015), a capacidade de geração de emprego no período posterior ao da janela de oportunidades, a qualificação da mão de obra e a criação de capital humano, principalmente a partir de políticas voltadas à saúde, à educação e à inovação tecnológica.

Considerando isso, entende-se que os processos de transição demográfica e de bônus demográfico representam desafios e oportunidades para uma dada população, de forma que estudos sobre esse contexto se tornam relevantes tanto em âmbito nacional, quanto regional. No caso do Brasil, Cerqueira e Givisiez (2004), Ávila e Machado (2015) e Borges, Campos e Castro e Silva (2015) comentam sobre o acelerado processo de transição demográfica que o país vive, caracterizado pela diminuição das taxas de natalidade/fecundidade e mortalidade e pelo crescimento da PIA, ou seja, presença a janela de oportunidades. Todavia, por mais que isso seja generalizado no Brasil, vem ocorrendo de maneira desigual sob o ponto de vista social e territorial. Logo, o objetivo principal deste estudo é analisar as características

---

<sup>1</sup> Conforme IBGE (2016), a Razão de Dependência refere-se ao peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).



demográficas do Estado do Acre, a partir dos censos demográficos de 2000 a 2010. Justifica-se este trabalho pela ausência de material sobre essa temática nesse estado, bem como pela possibilidade de trazer reflexões ao processo de transição demográfica que o Acre vive. Assim sendo, parte-se da problemática em saber: como vem acontecendo as transições demográficas no estado do Acre?

Este artigo está dividido em mais quatro seções além desta introdução. Na segunda seção são abordados alguns aspectos teóricos sobre demografia e transição demográfica. Na terceira, são apresentados os procedimentos metodológicos do estudo. Na quarta, são analisados os dados coletados. Na quinta, são tecidas algumas considerações finais.

### **Demografia e transição demográfica**

O termo demografia, segundo Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1998) e Cerqueira e Givisiez (2004), significa o estudo das populações humanas e sua evolução no tempo, de maneira que sejam analisados o seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características de modo geral. Dessa forma, a demografia estuda diversas variáveis demográficas, tais como: distribuição por sexo, idade ou estado civil, distribuição por região geográfica de residência atual, anterior ou de nascimento, natalidade, fecundidade e mortalidade.

Dentre esses fatores, o tamanho de uma população é uma das principais preocupações dos estudos demográficos, principalmente por sua influência sobre os aspectos econômicos e sociais de uma sociedade. Logo, os mais diversos acontecimentos que podem impactar nesse tamanho são frequentemente observados, como, por exemplo, os nascimentos, os óbitos e a migração (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004).

Além do tamanho, a composição de determinada população no que tange a idade e sexo é igualmente importante para o entendimento dos fenômenos sociais e econômicos. Somado a esses, destaca-se ainda o estado civil, a região geográfica de residência ou de nascimento, as condições de atividade econômica, entre outros. Esses mais diversos componentes, conforme Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1998) e Cerqueira e Givisiez (2004), podem se referir a aspectos estáticos de uma população em um momento específico, como o tamanho e a composição, ou, ainda, a evolução da população durante o passar do tempo, bem como a inter-relação dinâmica entre todas as variáveis.

Dessa maneira, é possível entender que a demografia tem por objetivo analisar as populações humanas nas suas mais diversas características, de forma a apresentar panoramas demográficos que auxiliem no planejamento e na concretização de políticas públicas, por exemplo, que melhorem situações econômicas e sociais de determinada população.



No decorrer do processo de desenvolvimento de países, conforme Ávila e Machado (2015), ocorrem transformações demográficas que geralmente se iniciam com a queda da taxa de mortalidade e depois da de natalidade, gerando alterações notórias na estrutura etária de determinada população. Ou seja, por um lado os países desenvolvidos são formados por uma população chamada de madura e, por outro, os países menos desenvolvidos são marcados por altas taxas de mortalidade e natalidade.

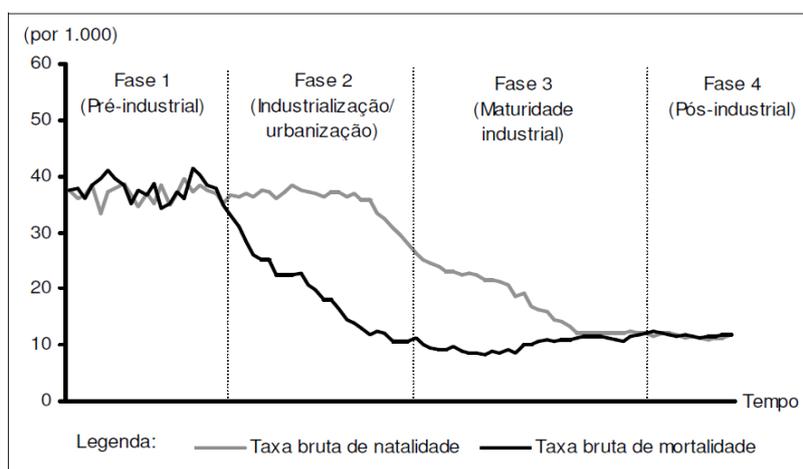
Quando há a redução desses níveis de mortalidade e de fecundidade pode-se dizer que o país está passando pelo processo chamado de transição demográfica (CERQUEIRA; GIVISIEZ, 2004). Para Rigotti (2012), transição demográfica é o processo de passagem de uma situação de equilíbrio no crescimento populacional, marcado por altos níveis de fecundidade e de mortalidade, para uma situação de níveis baixos nas duas variáveis.

Segundo Zuanazzi e Stampe (2014), entre os pioneiros das pesquisas inerentes à transição demográfica estão Thompson (1929) e Notestein (1945) cujos estudos possibilitaram a divisão da transição demográfica em quatro fases, conforme a Figura 1.

Observa-se na Figura 1 que as quatro fases correspondem a:

- a) fase 1 – período pré-industrial: há taxas elevadas de nascimentos e de óbitos;
- b) fase 2 – industrialização/urbanização: há diminuição da taxa de mortalidade em função de melhores condições de saúde, alimentação, higiene, provocando uma explosão populacional;
- c) fase 3 – industrial/maturidade: há a inserção da mulher no mercado de trabalho e no sistema educacional. Consequentemente, há queda da taxa de natalidade, mas com ainda crescimento populacional;
- d) fase 4 – pós-industrial: as taxas de natalidade e mortalidade diminuem, deixando a população constante ou até decrescente.

**Figura 1.** Fases do Modelo de Transição Demográfica. Fonte: Zuanazzi e Stampe (2014).





Para Ávila e Machado (2015), o processo de transição demográfica segue passos parecidos na grande parte dos países. Isso quer dizer que, inicialmente, uma parte significativa de dada população está abaixo da idade de trabalho, mas com o passar dos anos essa parcela da população atinge a idade seguinte (a idade de trabalho) e passa a compor a População em Idade Ativa (PIA). Esse cenário é o ideal para impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento de um país, pois posteriormente chega a idade do envelhecimento e a diminuição do impulso econômico.

Logo, um dos principais fenômenos gerados pela transição demográfica é a chamada janela de oportunidades, bônus demográfico ou dividendo demográfico, segundo Ávila e Machado (2015) e Borges, Campos e Castro e Silva (2015). Isso indica justamente o período em que a PIA é maior do que a taxa de dependência populacional ou Razão de Dependência (RD)<sup>2</sup>, ou seja, fase em que existe grande proporção da população capaz de sustentar a população dependente, haja vista que, posteriormente, vem a fase dos encargos previdenciários e do assistencialismo para a sociedade.

Em vista disso, Rigotti (2012) e Cepal (2015) já comentavam sobre o fato de ser muito comum a associação do processo de transição demográfica com efeitos positivos sobre o desenvolvimento de um determinado país ou região, principalmente sob o ponto de vista econômico. Isso pode ser explicado a partir do exposto por Mason (2005) em relação ao bônus demográfico. Para esse autor, considerando que, de maneira geral, as crianças e os idosos produzem muito menos do que consomem, e que os adultos em idade ativa produzem muito mais do que consomem, os países que possuem concentração de população na idade de trabalho conseguem elevar a produção per capita.

Dessa forma, para Rigotti (2012), o período de bônus demográfico é um momento único e histórico para uma região ou país já que pode proporcionar expressiva oportunidade para o crescimento econômico. Entre os possíveis benefícios, Borges, Campos e Castro e Silva (2015) citam a criação de condições para cobertura e qualidade da educação, a implantação de eficientes políticas de emprego e a geração de excedente econômico.

Todavia, Mason (2005) já alertava que a janela de oportunidades de um país é um período transitório, de maneira que só é possível tornar o efeito positivo duradouro se os ganhos de renda per capita forem investidos para a criação de capital humano, principalmente por meio de saúde, educação, inovação tecnológica e também investimentos na criação de instituições que induzem o crescimento.

---

<sup>2</sup> Conforme IBGE (2016), a Razão de Dependência refere-se ao peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).



Logo, a partir do exposto, e com base em Rigotti (2012), pode-se entender que o cenário positivo de um período de bônus demográfico depende da adoção de políticas públicas eficientes por países e regiões, principalmente no que se refere às áreas da saúde, do trabalho, da assistência ao idoso e da educação.

Para Ávila e Machado (2015), o Brasil vive uma janela de oportunidades, especialmente a partir de 2010, tendo a maior parcela da população em idade ativa. Em 2020, segundo esses autores, a PIA será de 66,3% e a RD será de 50,8% de maneira que o país atinja então o ápice do bônus demográfico. Já em 2040, a RD tende a ultrapassar novamente a PIA em função do crescimento da proporção da população idosa.

Assim, nesse período, o país pode usufruir de vantagens que conduzam ao crescimento e ao desenvolvimento, seja com o aumento da cobertura e da melhoria educacional (sem aumentar o investimento de recursos, pois há diminuição das pessoas em idade escolar), com a geração de postos de trabalho, com o aumento da produtividade, com a introdução de tecnologias avançadas, qualificação da mão de obra, entre outros.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa traça um panorama demográfico do Estado do Acre entre os anos 2000 e 2010. Para tanto, utiliza-se de uma abordagem qualitativa de cunho exploratório e descritivo visando compreender como vem se comportando as características demográficas desta Unidade da Federação. Godoy (1995) expõe que a pesquisa qualitativa permite compreender determinado fenômeno dentro do seu contexto que é parte e se realiza, devendo as análises serem abordadas de forma integrada com o todo.

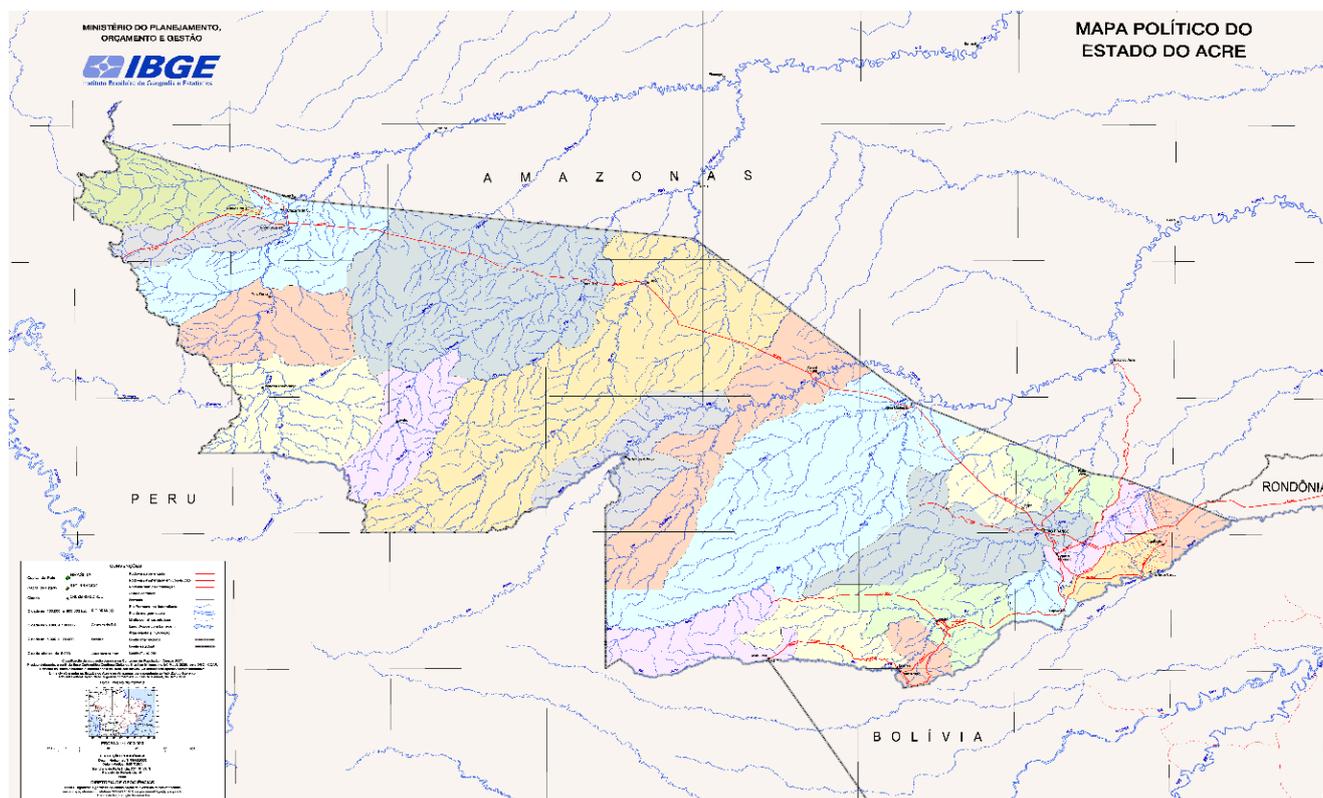
É ainda uma pesquisa exploratória devido buscar entender com maior familiaridade o problema que aqui é delineado, na expectativa de torná-lo mais claro e compreendido a partir de premissas pensadas com base em intuições, ideias e levantamentos de informações (SEVERINO, 2007; GIL, 2009). Não obstante, é um trabalho de cunho descritivo, uma vez que, conforme Gil (2009, p. 42), uma pesquisa descritiva destaca-se por fazer “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Nesse sentido, utilizou-se um conjunto de dados que possibilitaram traçar o panorama demográfico do Estado do Acre. Esses dados referiram-se basicamente ao quantitativo populacional e suas características, como: sexo, idade, situação de domicílio, cor ou etnia, local de nascimento, dentre outras. Considerou-se ainda um corte temporal de uma década, ou seja, de 2000 a 2010. As interpretações das variáveis selecionadas permitiram desenvolver uma análise comparativa entre os dois anos estudados, verificando sua evolução no transcorrer da década e, assim, demonstrar uma visão panorâmica do cenário demográfico que perpassa o Estado do Acre.

Enfatiza-se que para uma melhor interpretação dos dados foram desenvolvidos mapa, tabelas e figuras. Para a produção de mapa, o *software QuantumGis 2.14.0* foi o utilizado; para a tabulação dos dados e confecção das tabelas e gráficos optou-se pelo *software Excel* versão 2013. Todos os dados coletados referiram-se aos censos demográficos de 2000 e 2010 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto ao objeto de estudo, o Estado do Acre (Figura 2), está localizado na macrorregião Norte do Brasil, compõe-se por 22 municípios distribuídos em uma extensão territorial de 164.123,712 km<sup>2</sup> e conta com uma população estimada em 2016 de 816.687 habitantes. Em 2010, possuía uma densidade demográfica de 4,47 hab/km<sup>2</sup> e tem como sede administrativa principal a capital Rio Branco (IBGE, 2016a).

Figura 2. Mapa político do Estado do Acre. Fonte: IBGE, 2016b.

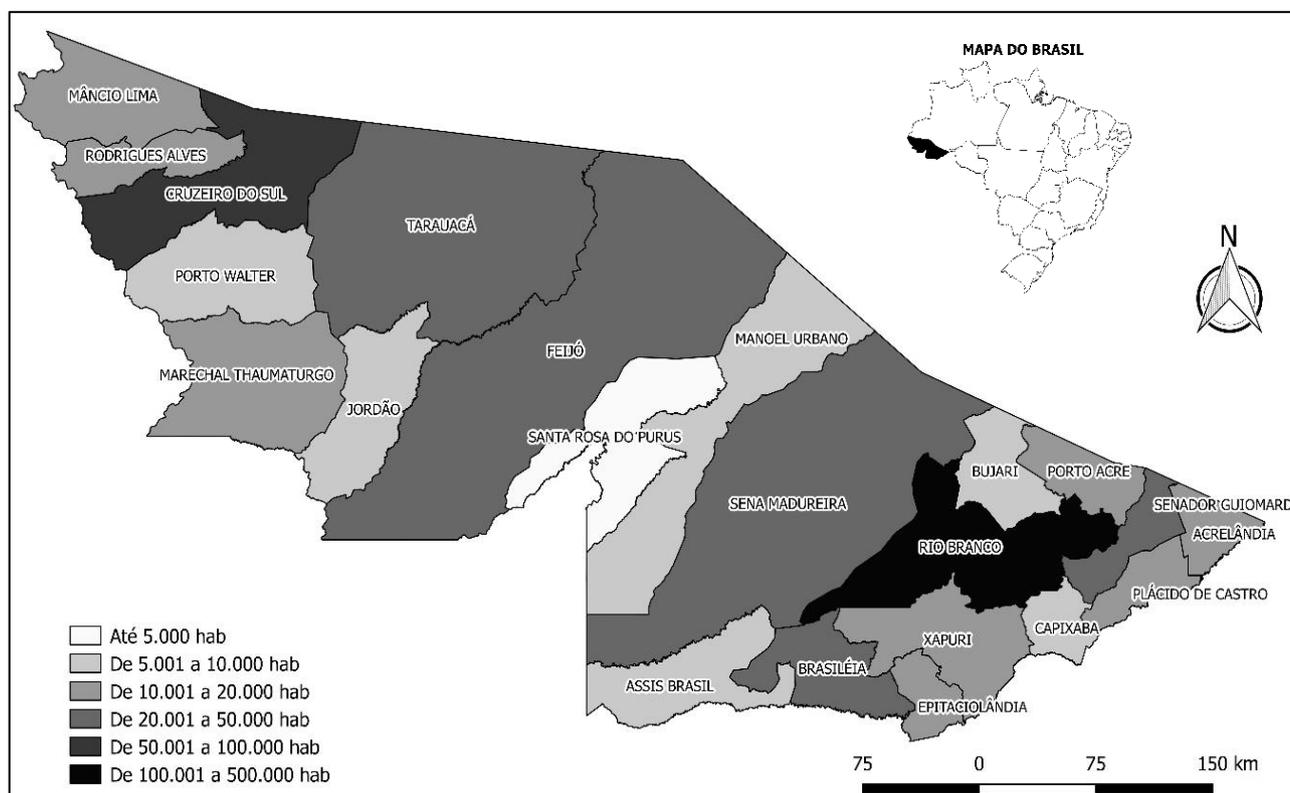


Dentre os 26 estados federados e o Distrito Federal, o Acre ocupa a 15ª posição em extensão territorial, representando um percentual de 4,26% da Região Norte e 1,92% do território nacional. O estado tem como limites territoriais as fronteiras internacionais com o Peru, à Oeste, e com a Bolívia, ao Sul, e por divisas com os Estados de Rondônia, à Leste, e Amazonas, ao Norte. Incorporou-se ao território nacional no ano de 1904, obtendo a elevação a categoria de estado apenas no ano de 1962, em que foi eleito José Augusto de Araújo, seu primeiro governador (ACRE, 2016).

### Explorando a demografia acreana: aspectos introdutórios

Como forma de introduzir os aspectos demográficos, a Figura 3 traz como papel de fundo a distribuição da população dos municípios do Acre por escala de habitantes no ano de 2010. Verifica-se que dentre as seis escalas de habitantes apresentadas têm-se a presença de apenas um município em cada extremidade. Na classificação de até 5.000 habitantes o Município de Santa Rosa do Purus aparece com um total de 4.691 habitantes, já a capital Rio Branco assume a outra ponta com 336.038 pessoas.

Figura 3. Mapa dos municípios do Estado do Acre por escala de habitantes em 2010. Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010.



Santa Rosa do Purus tem uma característica singular que explica seu baixo contingente populacional, é um dos municípios mais isolados do Acre, tanto física como institucionalmente, inclusive, tendo a presença do Estado, tanto em âmbito local como nacional, restrito aos repasses constitucionais; não existe acesso via terrestre, sendo necessário o uso de barcos ou aeronaves de pequeno porte para se chegar nesta localidade (PMSRP, 2016). Já Rio Branco, por ser a capital, é quem dinamiza toda a economia do Estado; possui todas as referências administrativas e políticas e, assim, expressa sua concentração populacional de mais de 45% de todo o território acreano.

Nos níveis de 5.001 a 10.000 habitantes estão Assis Brasil, Bujari, Capixaba, Jordão, Manoel Urbano e Porto Walter, representando 27,27% do Estado. Na classificação de 10.001 a 20.000, têm-se Acrelândia, Epitaciolândia, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Rodrigues Alves e Xapuri,



ou seja, 36,36% do total. Quanto ao intervalo de 20.001 a 50.000, os municípios de Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Senador Guiomard e Tarauacá são os que se classificam, somando 22,73% da totalidade. Portanto, entre 5001 a 50.000 somam-se 86,36% dos residentes no Acre, mostrando que os municípios são relativamente pouco povoados quando comparados com outros Estados da Federação, considerados, inclusive, de pequeno porte.

Cruzeiro do Sul é o único enquadrado entre 50.001 a 100.000 residentes. Esse Município é o segundo do Estado mais populoso e dinâmico economicamente, perdendo somente para a capital Rio Branco. Fato notório se deve a esta municipalidade não estar nas redondezas do maior polo dinâmico econômico que é a capital, pelo contrário, é um dos locais mais distantes, como pode ser visto na Figura 2, portanto, assumindo uma lógica própria de desenvolvimento e formando um polo de desenvolvimento econômico no Oeste do Acre. O PIB total deste Município representou, em 2011, duas vezes mais que o terceiro colocado, Sena Madureira, com um total de R\$832.695.891,00 reais, uma faixa de 9% de todo o Estado. Porém, mais de 51% da riqueza produzida internamente está concentrada na capital, o que representa o principal e maior polo de desenvolvimento e, portanto, polarizando toda a economia acreana (IBGE, 2011).

A Tabela 1 traz a proporção da população residente por municípios em relação ao total do Acre para os anos de 2000 e 2010, tanto por situação de domicílio como em relação ao sexo. Nesse contexto, verifica-se, conforme destaque na Tabela 1, que Rio Branco, nos dois anos analisados, comportou mais de 45% da população do Estado, inclusive, com um leve acréscimo em 2010. Já Cruzeiro do Sul ficou com a segunda colocação, porém com uma redução de 12,10% para 10,70%, ou seja, perdeu participação no cenário estadual. Esses dois municípios, por possuírem as maiores populações, concentram os melhores desempenhos econômicos o que reforça a tese de concentração espacial do desenvolvimento econômico em polos, defendida por Perroux e Friedmann (1964).

**Tabela 1.** População residente nos municípios do Estado do Acre, por situação do domicílio e sexo, 2000 - 2010 (% em relação ao Estado). Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000 - 2010.

MUNICÍPIO	População residente									
	Total 2000	Total 2010	Situação do domicílio				Sexo			
			2000		2010		2000		2010	
			U*	R*	U*	R*	H*	M*	H*	M*
<b>Acre</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>66,41</b>	<b>33,59</b>	<b>72,56</b>	<b>27,44</b>	<b>50,4</b>	<b>49,6</b>	<b>50,21</b>	<b>49,79</b>
Acrelândia	1,42	1,71	0,95	2,37	1,11	3,29	1,51	1,33	1,79	1,63
Assis Brasil	0,63	0,83	0,58	0,72	0,70	1,18	0,65	0,6	0,84	0,82
Brasiléia	3,05	2,92	2,44	4,27	2,68	3,55	3,16	2,94	3,00	2,84
Bujari	1,04	1,15	0,44	2,24	0,69	2,37	1,13	0,96	1,24	1,07
Capixaba	0,93	1,20	0,41	1,97	0,74	2,42	1,01	0,86	1,26	1,13
<b>Cruzeiro do Sul</b>	<b>12,1</b>	<b>10,70</b>	<b>10,53</b>	<b>15,2</b>	<b>10,39</b>	<b>11,52</b>	<b>12,07</b>	<b>12,12</b>	<b>10,65</b>	<b>10,76</b>



Epitaciolândia	1,98	2,06	2,00	1,94	1,99	2,23	2,00	1,96	2,07	2,05
Feijó	4,79	4,42	3,04	8,27	3,13	7,84	4,88	4,71	4,54	4,30
Jordão	0,80	0,90	0,23	1,92	0,43	2,14	0,84	0,76	0,93	0,87
Mâncio Lima	1,99	2,07	1,56	2,83	1,64	3,21	2,05	1,93	2,13	2,02
Manoel Urbano	1,14	1,09	0,89	1,65	0,99	1,34	1,2	1,08	1,16	1,02
Marechal Thaumaturgo	1,49	1,94	0,27	3,9	0,75	5,10	1,56	1,42	2,03	1,85
Plácido de Castro	2,72	2,35	1,88	4,38	1,95	3,39	2,84	2,6	2,44	2,25
Porto Acre	2,05	2,03	0,35	5,41	0,37	6,41	2,20	1,89	2,13	1,93
Porto Walter	0,98	1,25	0,39	2,16	0,62	2,91	1,03	0,94	1,30	1,20
<b>Rio Branco</b>	<b>45,39</b>	<b>45,81</b>	<b>61,12</b>	<b>14,29</b>	<b>57,97</b>	<b>13,66</b>	<b>43,86</b>	<b>46,94</b>	<b>44,42</b>	<b>47,22</b>
Rodrigues Alves	1,45	1,96	0,71	2,92	0,81	5,00	1,51	1,39	2,03	1,89
Santa Rosa do Purus	0,40	0,64	0,14	0,92	0,36	1,39	0,41	0,39	0,65	0,63
Sena Madureira	5,28	5,18	4,36	7,08	4,72	6,42	5,44	5,11	5,36	5,01
Senador Guiomard	3,54	2,75	2,33	5,94	2,39	3,71	3,65	3,43	2,80	2,70
Tarauacá	4,67	4,85	3,77	6,46	3,64	8,07	4,78	4,56	4,98	4,72
Xapuri	2,14	2,19	1,62	3,18	1,94	2,86	2,21	2,08	2,26	2,13

\*U = Urbano; R = Rural; H = Homem; M = Mulher

Há que se ressaltar que no Acre a população total em 2000 era de 557.526 pessoas, passando para um montante de 733.559 habitantes em 2010, isto é, um acréscimo de mais de 31%. Esse aumento, por sua vez, foi seguido por todos os 22 municípios com especial atenção a Santa Rosa do Purus, haja vista ter crescido mais de 100% do seu contingente populacional na década analisada. Rodrigues Alves, Assis Brasil, Marechal Thaumaturgo, Capixaba, Porto Walter e Acrelândia tiveram um aumento maior que 50% no total de seus habitantes, ficando, respectivamente, com as percentagens de 77,80%, 73,98%, 71,51%, 69,00%, 67,29% e 58,01% de aumento populacional.

Quanto a participação da população urbana detecta-se que, com exceção de Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Rio Branco e Tarauacá, todas as outras unidades municipais ganharam espaço dentro do Estado mostrando um aumento da urbanização de 2000 para 2010, o que é uma tendência mundial, comprovada pela capital Rio Branco que sozinha contribuiu com 61,12% da população urbana. Essa urbanização é um processo inevitável, mas que Martine e McGranahan (2010) passam a alertar sobre a forma abrupta que veio acontecendo no Brasil, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, uma vez que devido essa transição acontecer de forma rápida, não permitiu a adaptação das cidades para suportar essas mudanças, gerando vários desafios sociais, econômicos e ambientais pesados.

Por outro lado, verificou-se ainda um padrão no Acre entre os municípios com baixas populações de um aumento relativo das pessoas residentes na zona rural. Nesse sentido, entende-se que o Estado em evidência ainda está passando por um processo de transição demográfica, em que não existe um padrão consolidado como se observa em outras regiões do Brasil, sem contar que alguns municípios ainda possuem mais pessoas morando na zona rural do que urbana, como é o caso de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Jordão, Marechal



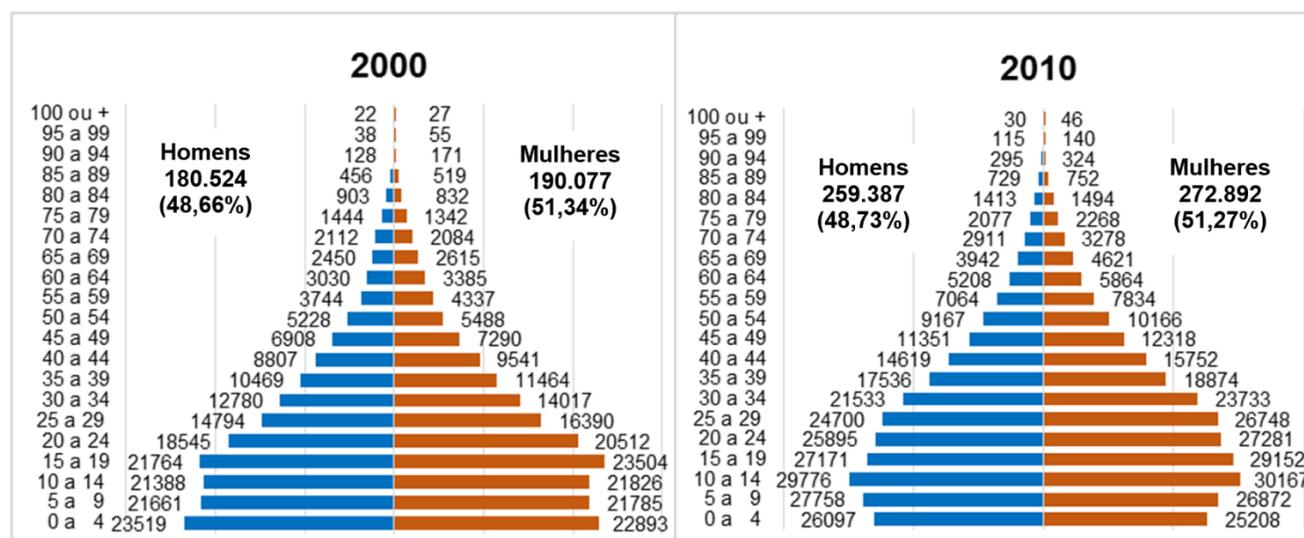
Thaumaturgo, Porto Acre, Porto Walter e Santa Rosa do Purus, o que é atípico no período histórico vigente, onde prevalece, em âmbito nacional e mundial, com exceção da África, a predominância de pessoas na zona urbana. No entanto, quando se olha o agregado estadual fica claro que a proporção de pessoas vivendo na zona urbana aumentou atingindo, no ano de 2010, o total de 72,56% de toda a população acreana.

Os homens foram maioria no Estado, porém perderam percentual na década analisada. Essa perda é decorrente do aumento da população feminina nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul que foram os únicos, em 2010, a apresentaram um total de mulheres maiores que os homens. Logo, os dois pólos principais de desenvolvimento no Acre mostram-se com sua dinâmica diretamente ligada ao público feminino, muito decorrente do predomínio de atividades econômicas derivadas do setor terciário, que tem na população feminina maior aceitação, ao contrário daquela referente a atividades do setor primário, que predomina o público masculino e muito características de economias rurais. Vieira (2006) enfatiza isto de maneira a demonstrar que o aumento da urbanização, acompanhado do processo de industrialização, permitiu a entrada de novos trabalhadores, principalmente, a inserção do público feminino.

### Transições demográficas da população acreana

O Gráfico 1 expõe o contingente populacional acreano em relação a faixa etária, o que reproduz a pirâmide etária dos anos 2000 e 2010. Percebe-se que em 2000 a faixa etária com maior predominância era a de 0 a 4 anos de idade, o que tornava a base da pirâmide maior que todo o restante, tanto para homens como mulheres. Já em 2010, observa-se uma modificação substancial da base piramidal, em que esta passa a encolher em detrimento das faixas etárias superiores, principalmente aquelas entre 5 a 9 e 10 a 14 anos.

Gráfico 1. Pirâmide etária por sexo do Estado do Acre, 2000 - 2010. Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000 - 2010.





Vale ressaltar que esse fenômeno se explica devido à população que tinha a idade de 0 a 4 anos em 2000 ser a mesma que agora, em 2010, representa a faixa de idade entre 10 a 14. Ademais, é perceptível uma redução, em 2010, das pessoas que compõem a base da pirâmide, o que provocou um encurtamento desta base e um alargamento do seu meio. Esse fenômeno justifica-se devido uma diminuição da taxa de natalidade, bem como uma diminuição da taxa de fecundidade. Conforme o Datasus (2016), o Acre saiu de uma taxa bruta de natalidade e fecundidade de 35,1 e 3,84 em 2000 para 25,5 e 2,81 em 2010, respectivamente.

Carvalho e Rodriguez-Wong (2008), analisando a estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI, verificaram que a diminuição da base da pirâmide etária é um processo que vem se desenrolando desde a década de 70. Nesse sentido, verifica-se que a pirâmide etária de 2000 do Acre é comparável com a brasileira dos anos 70, pois apresentou uma base alargada. O encurtamento da base piramidal brasileira já é fruto dos anos 90, o que no Estado do Acre esse resultado só aparece claramente em 2010. Com isso, percebe-se que o Acre vem passando pelas transformações demográficas no mínimo com uma década de diferença daquelas ocorridas no Brasil, o que é característico de regiões subdesenvolvidas.

Ainda em consonância com o DATASUS (2016) a taxa de envelhecimento da população acreana aumentou entre os anos de 2000 a 2010 de 14 para 19, assim como a esperança de vida cresceu de 63,4 anos para 68,5 nos referidos anos. Esses resultados são frutos da melhoria da saúde e da qualidade de vida das pessoas, que, por sua vez, passaram a adotar hábitos mais saudáveis com a disseminação de várias ações públicas como, por exemplo, a prática de exercícios físicos, acompanhamentos médicos periódicos e, principalmente, um maior cuidado com a população idosa, o que explica o aumento do número de pessoas com idade acima de 70 anos ou mais.

Sobre essas mudanças nas características vitais da população Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010) realçam a importância de serem acompanhadas de perto, uma vez que possuem implicações diretas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico. Os autores mostram que o principal fato demonstrado por todos esses indicadores demográficos é a possibilidade e a necessidade de se aproveitar o que eles denotam como bônus demográfico, ou seja, “[...] uma situação especial, ao longo da transição demográfica que, se devidamente aproveitada, pode favorecer o desenvolvimento econômico [...]” (ALVES; VASCONCELOS, CARVALHO, 2010, p. 9), principalmente, em um aumento da poupança para se reverter em investimento no longo prazo.

Nesse ínterim, entender se os resultados do agregado da população residente no Acre estão se refletindo tanto na zona urbana quanto rural torna-se relevante. Para isto, são apresentados os gráficos 2 e 3. O gráfico 2 aborda a distribuição populacional por faixa de idade com domicílios na zona urbana para o período estudado. De antemão, é notório que, ao contrário do que se verifica na zona rural, as mulheres predominam no ambiente urbano, isso tanto em 2000 quanto em 2010. Esse resultado mostra o quão as condições de vida

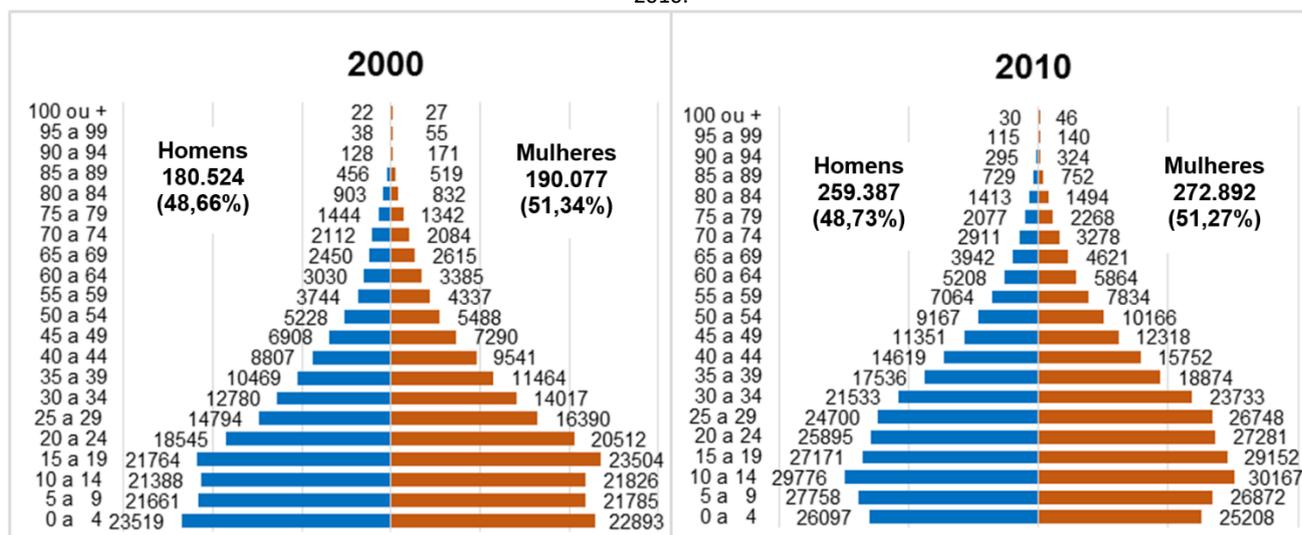


urbana são mais favoráveis ao público feminino, uma vez que as condições de trabalhos são mais adaptáveis as mulheres. Bruschini (1994) explora esse campo e afirma que umas das maiores transformações sociais ocorridas no Brasil foi o aumento das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 70, principalmente com a evolução do ambiente urbano, a partir da expansão do setor terciário da economia.

A pirâmide etária urbana em 2000 apresentou uma distribuição mais heterogênea dentre os seus estames, mas com uma base entre as idades de 0 a 14 anos mais equilibrada, assim como apresentou uma população economicamente em idade ativa diminuta, ou seja, de 15 a 64 anos, em comparação com os estágios inferiores de 0 a 14 anos. Essa situação passa a se transformar no ano de 2010, ao ponto de a pirâmide apresentar uma conformação nos moldes daquela que representa toda a população acreana ilustrada no Gráfico 1, isto é, uma clara tendência do crescimento em direção ao meio da pirâmide.

Dessa maneira, essa mudança proporciona para que se comece a formação de uma população economicamente ativa maior e, assim, possa contribuir para a sustentação da economia, a partir de um mercado de trabalho dinâmico (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010). Não obstante, esse aumento de pessoas capazes de se incorporar ao mercado de trabalho deve ser acompanhado pela ampliação dos postos de trabalho, haja vista que, do contrário, passa-se a perder uma oportunidade ímpar de geração e acumulação de riqueza, bem como a formação de uma população desempregada.

**Gráfico 2.** Pirâmide etária por sexo referente a área urbana do Estado do Acre, 2000 - 2010. Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000 - 2010.



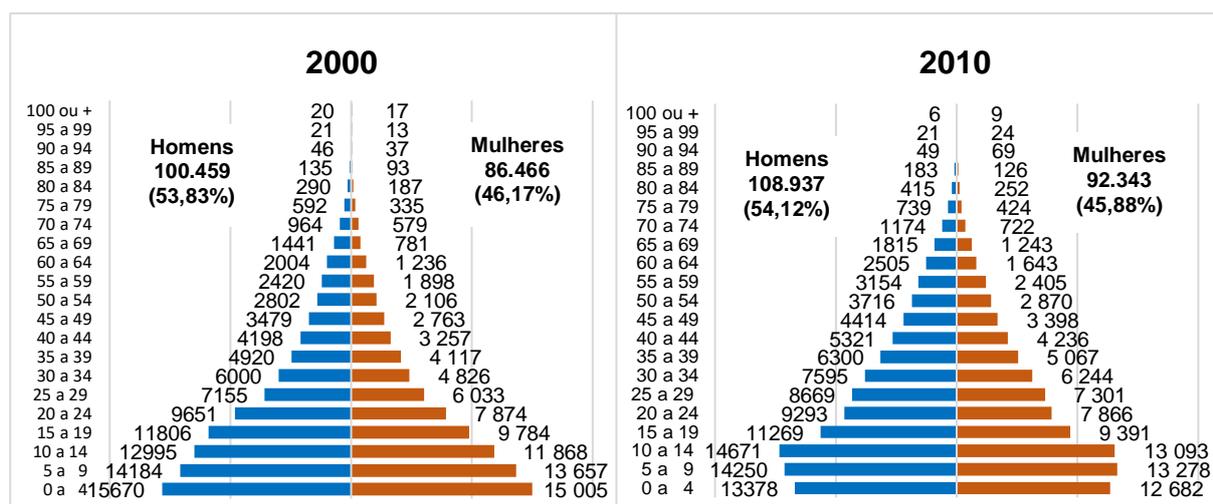
A pirâmide etária urbana encontra-se com uma similaridade muito forte em relação às características demográficas da pirâmide etária do Estado como um todo, isto é, por óbvio, devido a predominância das pessoas residentes na zona urbana sobre às da zona rural, lhe outorgando um maior peso no contexto do Estado. Já a pirâmide rural, conforme Gráfico 3, tem peculiaridades que a torna distinta e que lhe impõe



explicações diferenciadas, como é o caso do predomínio de uma população masculina, uma base com pouca mudança e uma diminuição significativa das pessoas a partir da faixa etária de 15 anos ou mais.

Os homens são maioria no meio rural acreano, ao contrário do que foi visto na zona urbana, tanto em 2000 como em 2010. Outro fato é que esse domínio masculino apresentou crescimento ao longo da década analisada, saindo de um total de 53,83% para 54,12%. Esse resultado mostra, portanto, a tendência de masculinização no campo do Estado do Acre. Camarano e Abramovay (1999) demonstram essa tendência para o Brasil ao traçar um panorama nacional a partir da década de 50 e explicam que esse processo decorre amplamente das migrações da população jovem e feminina do campo para a cidade, assim não sendo diferente no Acre, o que já explica também a diminuição proeminente da população a partir de 15 anos ou mais.

**Gráfico 3.** Pirâmide etária por sexo referente a área rural do Estado do Acre, 2000 - 2010. Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000 - 2010.



Como um processo histórico, no meio rural as condições de vida tendem a ser mais difíceis do que no meio urbano. As transformações populacionais, por sua vez, ocorrem em um maior lapso temporal, como é o caso da diminuição da taxa de natalidade, de mortalidade ou expectativa de vida, por exemplo. Nesse sentido, no Acre verifica-se uma base da pirâmide rural com baixa mudança ao longo de 2000 para 2010 se comparada com a do meio urbano, principalmente, do seu alargamento entre os anos de 0 a 14 anos e sua abrupta redução a partir dos 15 anos.

A redução das pessoas a partir dos 15 anos no ambiente rural decorre do êxodo para o meio urbano, haja vista que é a partir dessa idade que a pessoa se torna parte da população economicamente ativa e busca na cidade melhores condições de vida através de um trabalho que lhe proporcione isso. Sem contar que os atrativos urbanos pesam sobremaneira na decisão de migrar, bem como a qualidade de vida que lhe é



vislumbrada na cidade, como acesso facilitado a serviços de educação, saúde, dentre outros. No entanto, Matos (2012) explica que a migração do tipo campo-cidade está para além dos atrativos urbanos, pois se deve considerar também o processo de expulsão do campo das pessoas, que se deve a vários motivos, como: a modernização agrícola, a concentração latifundiária, entre outros, o que reforça o êxodo.

Diante desses fatos, fica claro que as transformações demográficas acreanas aqui levantadas são cruciais para se buscar harmonizar o desenvolvimento do seu território, principalmente, ao compreender que, no meio urbano e no rural, a população vem passando por transformações diferentes e que requerem a adoção de medidas públicas de acordo com suas particularidades, ainda mais por essas transformações serem recentes no Estado, podendo superar entraves que já foram recorrentes em outras localidades devido ao não planejamento dessas transições demográficas. Sem contar que o meio rural assume relevância ainda maior no Acre, devido, como visto anteriormente, muitos municípios possuírem a maioria dos seus residentes neste espaço territorial e, portanto, ainda passará por um estágio de mudança que requererá planejamento urbano, se seguir a tendência de urbanização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acre é um estado de fronteira brasileiro que possui um processo de ocupação de seu território em andamento, o que lhe insere em um movimento constante de fluxos de pessoas. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar as características demográficas da população acreana em anos recentes, entre 2000 e 2010. Para tanto, utilizou-se de uma metodologia qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, a partir da coleta e análise de dados demográficos oriundos dos censos de 2000 e 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

Os resultados apontaram que apesar de ter ocorrido um aumento de 31% na população, ainda há a predominância de mais de 86% dos municípios acreanos com população menores que 50.000 habitantes, em 2010, o que lhes classificam em uma situação de pequeno porte. A capital Rio Branco e Cruzeiro do Sul concentram sozinhos mais de 56% de toda a população do estado. Não obstante, são esses dois municípios os principais polos de desenvolvimento, uma vez que se mostram mais dinâmicos economicamente.

Em 2010, a população urbana no estado somou 72,56%, porém essa população urbana tem sua concentração principal em Rio Branco, no qual comportou quase 58% de todo o Acre. Por outro lado, no estado ainda existem municípios com populações rurais superiores as urbanas, como é o caso de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Acre, Porto Walter e Santa Rosa do Purus. Nesse sentido, entende-se a existência de um processo de transição em andamento, que, por sua vez, não permite delinear um padrão único da população acreana, como já se observa na maioria do Brasil.



Quanto a distribuição por sexo, nos dois anos analisados, a Unidade Federativa possui mais homens do que mulheres, no entanto, quando se desagrega por zona urbana e rural, observa-se que no meio urbano predomina o público feminino, já na área rural o sexo masculino domina. Esses resultados indicam que as condições de vida urbanas são mais adaptáveis as mulheres assim como o mercado de trabalho mais acessível. Por questões históricas, o meio rural acaba fixando mais o público masculino por diversas razões, como o próprio caráter das funções laborais.

As análises das pirâmides etárias acreanas mostraram uma tendência ao longo dos anos de um encurtamento da base piramidal e alongamento do seu meio, ou seja, com o processo de queda da taxa bruta de natalidade e fecundidade as pessoas com idade entre 0 a 4 anos têm diminuído. Essa mesma tendência tem sido apresentada pelo Brasil, com uma diferença de um lapso temporal de no mínimo uma década antes que o Acre. Quando observado em relação ao meio urbano e rural, a pirâmide etária do meio urbano tem seguido os mesmos formatos daquela apresentada para o estado, agora a pirâmide rural se mostrou com conformações distintas, devido a predominância de homens, uma base menos móvel ao longo dos anos e uma abrupta redução da população em idade economicamente ativa.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa se trata de um primeiro ensaio sobre o delineamento de aspectos demográficos acreanos em período recente, e que não foi objetivo ser taxativo e exaustivo quanto aos resultados alcançados. Sendo assim, já se deixa como sugestões para pesquisas futuras a busca do entendimento e explicação, de forma mais empírica, dos resultados aqui encontrados, bem como o desvendamento de processos migratórios que no Acre tenham se desenrolado ao longo do período estudado como forma de subsidiar o processo de transição demográfica que vem ocorrendo no Estado do Acre.

## REFERÊNCIAS

ACRE. **Portal do Governo do Acre**: o Estado. 2016. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre>>. Acesso em: 23 set. 2017.

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. de S.; CARVALHO, A. A. de. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil**: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Texto para Discussão CEPAL-IPEA, 10).

ÁVILA, Róber Iturriet; MACHADO, Alessandra Moreira. **Transição demográfica brasileira**: desafios e oportunidades na educação, no mercado de trabalho e na produtividade. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, maio de 2015.

BORGES, Gabriel Mendes; CAMPOS, Marden Barbosa de; CASTRO E SILVA, Luciano Gonçalves de. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antonio de Ponte (org). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**. n. 2, 2º semestre, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646>>. Acesso em: 03 out. 2017.



CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Brasília: IPEA, 1998. (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.

CARVALHO, J. A. M de; RODRIGUEZ-WONG, L. L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3):597-605, mar, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n3/13.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

CARVALHO, J. A. M. de. SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. do N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia.** 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Dinâmica demográfica y desarrollo en América Latina y el Caribe.** Proyecto Regional de Población Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población / Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA). Santiago de Chile, Jun. de 2004/Fev de 2005.

CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: **Introdução à demografia da educação**/Eduardo Luiz G. Rios-Neto e Juliana de Lucena Ruas Riani (Orgs.). Campinas: ABEP, 212 p., 2004.

DATASUS. **Estatísticas vitais.** Brasília, 2016. <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso: 27 set. 2017.

PERROUX, F.; FRIEDMANN, J. TINBERGEN, J. **A planificação e os polos de desenvolvimento.** Tradução de M. Lago Barbosa, Porto: Edições RES limitada, 1964.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed., 12ª reimpr., São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativas: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n.3, p, 20-29 mai./jun., 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Acre.** Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac#>>. Acesso em: 23 set. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 03 set. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 03 set. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conceitos. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>> 2016>. Acesso em 01 nov. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa político do Acre.** Rio de Janeiro, 2016b. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_estaduais\\_e\\_distrito\\_federal/politico/2015/ac\\_politico750k\\_2015.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_estaduais_e_distrito_federal/politico/2015/ac_politico750k_2015.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produto Interno Bruto dos municípios 2011.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default_xls.shtm)>. Acesso em: 23 set. 2017.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. IN: **População e cidades:** subsídios para o planejamento e para as políticas sociais/Rosana Baeninger (Org.) Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010.

MATOS, R. migração e urbanização no Brasil. **Geografias.** 08 (1), jan./jun., p. 07-23, 2012.

MASON, Andrew. **Demographic Transition and Demographic Dividends in Developed and Developing Countries.** Proceedings of the United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures. New York: Department of Economic and Social Affairs/United Nations, 2005.

NOTESTEIN, F. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. (Ed.). **Food for the World.** Chicago: University Press, 1945.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus (PMSRP). **Histórico**. 2016. Disponível em:

<<http://www.santarosadopurus.ac.cnm.org.br/portal1/municipio/historia.asp?idMun=100112018>>. Acesso em: 23 out. 2017.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Transição demográfica. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 467-490, maio/ago. 2012. Disponível em:

<[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. revista e atualizada, 2ª reimpr., São Paulo: Cortez, 2007.

THOMPSON, W. S. 'Population'. **American Journal of Sociology**, Chicago,

v. 34, n. 6, p. 959-975, 1929.

VIEIRA, A. **A expansão do trabalho feminino no setor de serviços: uma análise nas cinco regiões do Brasil** 2006 p. 12.

ZUANAZZI, Pedro Tonon; STAMPE, Marianne Zwilling. A transição demográfica no Rio Grande do Sul e seus impactos econômicos. In: PICHLER et al. (org). **Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia gaúcha**. Porto Alegre: 2014.